



Mecanismo de desenvolvimento

Defesa de bens intangíveis reposiciona o Brasil no cenário internacional e impulsiona avanços tecnológicos no mercado interno

» RAPHAEL PATI
» MAIARA MARINHO
» FERNANDA STRICKLAND
» ALÍCIA BERNARDES*

A defesa da propriedade intelectual impulsiona o desenvolvimento econômico e social, de acordo com especialistas que participaram ontem do *Summit Propriedade Intelectual: desafios e avanços na proteção à inovação*, realizado pelo **Correio** e pela Interfarma. O evento reuniu especialistas, autoridades e representantes da indústria para debater os caminhos da inovação no país.

O diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Eugênio Vargas Garcia, destacou a importância do multilateralismo e do diálogo internacional para garantir o aperfeiçoamento da propriedade intelectual no país. Ele frisou, ainda, que a atuação do governo não é feita de maneira isolada, e busca ouvir outros atores, como setor privado, sociedade civil, academia e especialistas.

Eugênio frisou que os órgãos do governo devem buscar, sempre, uma posição de consenso, principalmente com a atuação do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (Gipi), criado em 2019. Com base ainda na Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, que estabelece as diretrizes para esse tema, ele avalia que o Brasil pode aperfeiçoar mais essa questão, ao ouvir outros atores.

Um dos exemplos de sucesso, destacados por Eugênio, foi a conclusão do tratado sobre recursos genéticos na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em 2024, que chegou a uma definição depois de mais de duas décadas de discussão, que contou com a participação direta do Brasil na presidência da organização.

Para o representante do MRE, a elaboração do tratado, que reuniu mais de 190 países, foi uma grande conquista do setor e do país. “É importante lembrar que isso também reconhece a contribuição de países megadiversos, como o Brasil, e o papel dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, e tudo isso ligando com o tema da inovação”, destacou.

Eugênio ressaltou a relação entre propriedade intelectual e inovação, e a participação da política externa no longo prazo por meio de ações que, na sua visão, foram “bem pensadas”. Também pontuou que o país busca sempre construir uma posição internacional sólida e amparada nos melhores princípios da tradição diplomática brasileira.

“Da perspectiva da propriedade intelectual, a gente também coloca como tema central a questão do desenvolvimento. Porque isso deve ser um fator fundamental para podermos analisar esse aspecto — de como a propriedade intelectual auxilia o país na busca pelo

Fotos: Ed Alves/CB/DA.Press



A gente coloca como a propriedade intelectual auxilia o país na busca pelo desenvolvimento econômico, social, tecnológico”

Eugênio Vargas Garcia, diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores



O Brasil tem um mercado industrial forte. Mas ainda precisa ajustar seu sistema de propriedade intelectual para se alinhar às melhores práticas internacionais”

Guilherme Cintra, diretor de Política de Inovação da Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas



Temos um arcabouço legal importante e a propriedade intelectual está na nossa veia. O que a gente busca e deseja é a proteção financeira. É um trabalho de formiguinha”

Ana Cristina Müller, sócia e líder da área de patentes no escritório de advocacia BMA e conselheira da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual

Cadeia de impactos positivos

Ana Cristina Muller, sócia do BMA Advogados, explica a importância de assegurar as garantias para a propriedade intelectual no desenvolvimento do país



desenvolvimento econômico, social, tecnológico”, explicou.

Autonomia

Na visão de Guilherme Cintra, diretor de Política de Inovação da Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas (IFPMA), o fortalecimento do atual sistema de propriedade intelectual do país pode tornar-se uma estratégia para ampliar a base tecnológica nacional, além de atrair

investimentos. “O Brasil tem talentos científicos excepcionais, um mercado industrial forte e faz parte de um bloco regional importante. Mas ainda precisa ajustar seu sistema de propriedade intelectual para se alinhar às melhores práticas internacionais, como as dos países da OCDE”, afirmou.

Cintra destacou que, no cenário global de tensão geopolítica e reorganização de regras multilaterais, o Brasil precisa definir com clareza sua posição. Entre os

destaques na exposição do diretor da IFPMA, está a defesa da proteção de dados regulatórios para medicamentos de uso humano — uma prática entre países com indústrias farmacêuticas robustas.

Segundo Cintra, a ausência desse mecanismo põe o Brasil em desvantagem. “Essa proteção não substitui a patente, mas a complementa. Países que adotam têm acesso até três vezes mais rápido a medicamentos inovadores”, alertou.

Ele também apontou a

necessidade de aperfeiçoamentos, como a extensão de prazo de patentes (SPC/PTI) para compensar atrasos regulatórios. Também chama a atenção para a redução de pendências do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) — algo que, segundo ele, impacta diretamente startups e pequenas empresas.

“Sem a concessão da patente, essas empresas não conseguem nem apresentar seu projeto a investidores”, ressaltou.

Adicione-se a isso, segundo Cintra, o entrave à pesquisa decorrente da burocracia em torno do uso da biodiversidade brasileira. “Há uma desconfiança injusta com relação aos pesquisadores, como se todos fossem biopiratas. Isso criou barreiras que dificultam a comercialização em larga escala da nossa riqueza genética”, afirmou.

Para ele, o Brasil deve perder o “medo de negociar propriedade intelectual” em tratados bilaterais ou regionais. “Tratar propriedade intelectual como tabu é um erro. Ela não apenas atrai tecnologia, mas protege a que o Brasil produz. Como é o caso da Embraer”, exemplificou.

Proteção

Ana Cristina Muller, sócia e líder da área de patentes no escritório de advocacia BMA e conselheira da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), ressaltou que não há dúvida sobre a importância de proteger as patentes, em especial no campo da saúde. Ela lembrou das tratativas que aconteciam nos últimos anos da década de 1990, envolvendo

pesquisas para desenvolvimento de fármacos e vacinas, em parceria com outros países, como Estados Unidos e Austrália. O momento foi um incentivo que impulsionou instituições como o Butantã (SP) e a Fiocruz (RJ) a continuarem em busca de patentear projetos de pesquisa científica.

Além disso, o interesse e a disposição do país sobre a área se revelaram na assinatura da Convenção da União de Paris — primeiro acordo internacional relativo à propriedade intelectual, assinado em 1883, na França. “Fomos um dos primeiros signatários. A propriedade intelectual está na nossa veia”, lembrou.

O Brasil ocupa a 50ª posição de 133 países no índice global de inovação na área de propriedade intelectual. Mas é o primeiro colocado na América Latina e no Caribe e, pelo quarto ano consecutivo, apresentou desempenho acima do esperado em relação ao seu nível de desenvolvimento econômico.

Para Ana Cristina, o Brasil ainda está aquém de onde poderia estar. Para fortalecer a área, ela avalia que ações estratégicas junto ao INPI devem ser implementadas — entre as quais assegurar a autonomia administrativa e jurídica do instituto e a contratação de mais profissionais.

“Temos um arcabouço legal importante e a propriedade intelectual está na nossa veia. O que a gente busca e deseja é a proteção financeira. É um trabalho de formiguinha”, observou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Patentes tornam-se um fator estratégico

A propriedade intelectual é um fator estratégico de inovação e o desenvolvimento socioeconômico. Foi o que enfatizou Adriana Carvalho, doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Conforme observou, embora cercada por polêmicas e distorções conceituais, a propriedade intelectual é essencial para garantir segurança jurídica, fomentar pesquisa e transformar conhecimento em valor para a sociedade.

Adriana sintetizou sua apresentação no *Summit Propriedade Intelectual: desafios e avanços na proteção à inovação* em seis pontos que evidenciam a importância

do tema. Em primeiro, destacou o caráter polêmico da propriedade intelectual, muitas vezes compreendida de maneira equivocada. A dicotomia entre incentivo à inovação e privilégio corporativo, segundo ela, é falsa. “Todos os setores estratégicos usam algum tipo de proteção jurídica para seus ativos”, afirmou.

A pesquisadora também rebateu a ideia de que a propriedade intelectual é relevante apenas em setores como o farmacêutico. Adriana frisou que isso não se sustenta diante da realidade de áreas como o agronegócio e a indústria automobilística, igualmente dependentes da proteção de ativos

intangíveis para inovar e crescer.

Conforme salientou, há uma distinção entre exclusividade e monopólio. Esclareceu que o direito de exclusividade proporcionado pela propriedade intelectual é limitada no tempo e não impede a concorrência. Como exemplo, citou o Google como um monopólio econômico.

Para Adriana, a exclusividade jurídica não inibe a inovação — ao contrário, estimula. “Sem essa garantia, as empresas não arriscam inovar — colocam o dinheiro no banco”, afirmou, sublinhando o papel da propriedade intelectual em tornar o investimento em pesquisa

e desenvolvimento mais atrativo.

A pesquisadora trouxe exemplos do setor farmacêutico para ilustrar o impacto da inovação protegida por propriedade intelectual. Citou estudo realizado com a farmacêutica Janssen de como avanços em tratamentos médicos, antes impensáveis, hoje estão acessíveis graças a esse tipo de investimento.

Ela ainda ressaltou a necessidade de um sistema de propriedade intelectual com regras claras e equilibradas. “Sem inovação, não há avanço. E sem propriedade intelectual, não há inovação sustentável”, reforçou. (FS)



Sem garantia, as empresas não arriscam inovar — colocam o dinheiro no banco. Sem inovação, não há avanço. E sem propriedade intelectual, não há inovação sustentável”

Adriana Carvalho, doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp